

ATA Nº 59  
06-01-2016

Aos seis dias do mês de janeiro de dois mil e dezasseis, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente, João Manuel Casaca Português, realizou-se a quinquagésima nona reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores João Manuel Marques Cruz Nobre, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Margarida Caeiro Vasco e Sandra Maria Guerreiro Braz. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Divisão de Gestão Municipal, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

Não se registaram intervenções. -----

**BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 5 DE JANEIRO DE 2016: € 373 052,92** -----

**DELIBERAÇÕES DIVERSAS.** -----

**1. COMISSÃO DE FESTAS DE ALBERGARIA DOS FUSOS. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS.** -----

Solicita a Comissão de Festas de Albergaria dos Fusos, licença especial de ruído para a realização de uma Festa de Passagem de Ano - Reveillon, no horário compreendido entre as 20.00 horas do dia 31 de dezembro e as 04.00 horas do dia 1 de janeiro, no Pavilhão Multiusos de Albergaria dos Fusos, bem como a isenção das respectivas taxas. Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, com base na Informação n.º 250/2015, da Subunidade Administrativa, defere a pretensão da requerente. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

**2. TERTULIA PROEZA, UNIPESSOAL, LDA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO.** -----

Solicita a Empresa Tertúliaproeza, Unipessoal, Lda, licença especial de ruído para a realização de uma Festa de Passagem de Ano - Reveillon, no horário compreendido entre as 20.00 horas do dia 31 de dezembro e as 06.00 horas do dia 1 de janeiro, na Casa de Monte Pedral, em Cuba. -----



Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, com base na Informação n.º 251/2015, da Subunidade Administrativa, defere a pretensão da requerente. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

### **3. SILVIA ISABEL ROSA MACHADO. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MULTIUSOS DA MATA.** -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, com base na Informação n.º 249/2015, da Subunidade Administrativa, defere o pedido formulado pela funcionária da autarquia Sílvia Isabel Rosa Machado, de cedência, por 6 horas, do Pavilhão Multiusos do Parque Manuel de Castro (Mata), para realização de uma festa de Passagem de Ano. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

### **4. ODETE AUGUSTA CARACINHA FRAGOSO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA, EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: LARGO N. S.ª DA ENCARNAÇÃO, N.º 12, EM VILA RUIVA.** -----

Solicita a Sr.ª Odetete Augusta Caracinha Fragoso, na qualidade de consumidora de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de € 41,26, em 4 prestações mensais, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, em face da informação n.º 252/2015, da Subunidade Administrativa, e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, delibera atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento em 4 prestações: 3 (três) de € 11,00 e 1 (uma) de € 8,26 (acertos), alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

### **5. DUARTE CALHAU. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE VERBA.** -----

Solicita o Sr. Duarte Calhau a possibilidade de lhe ser restituída a verba resultante da aquisição de um cartão de Desporto Municipal, uma vez que por indicação médica, à posteriori, foi aconselhado a não praticar desporto e, das 30 sessões apenas por uma vez utilizou o ginásio. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera restituir a verba devendo o requerente apresentar o atestado médico comprovativo da impossibilidade. -----

### **6. SILVASCO, CONSTRUÇÕES, LDA – TAXA DE REFORÇO DE INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS. PROPOSTA DE PAGAMENTO DE FORMA FASEADA.** -----

Na sequência da abordagem efetuada à Firma Silvasco, Construções, Lda, com vista à apresentação de uma solução para pagamento do montante em dívida, no valor de € 2 610,32, referente a Taxa de Reforço de infraestruturas urbanísticas, designadamente, a



Execução de ramais de água e esgotos na Obra do Pátio do Fidalgo e Rua Formosa, em Cuba, correspondente ao Processo de Obras 10/09, situação já referenciada através da Informação SADM nº 54/2014, foi rececionada uma proposta de comprometimento de pagamento desse montante, em 10 prestações mensais, vencendo-se cada uma no final de cada mês, sendo que a primeira será liquidada no final de janeiro de 2016. -----  
A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 254/2015, da Subunidade Administrativa, delibera aceitar a proposta apresentada pela proponente autorizando a faturação do valor supra referido em prestações mensais de € 261,03, cada uma, alertando simultaneamente para as consequências decorrentes do seu incumprimento.

**7. ARMÉNIO DA LANÇA CAETANO. PEDIDO NO ÂMBITO DO ARTIGO 110.º DO RJUE/DIREITO À INFORMAÇÃO - PRÉDIOS ART.º(S) 153 E 154, SECÇÃO I, EM CUBA. ---**

Vem o requerente solicitar informação no âmbito do artigo 110.º do RJUE, na redacção actual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, relativa aos condicionamentos legais em vigor aplicáveis ao local em questão, tendo em vista a possibilidade de construção; -----

Do respectivo enquadramento em PDM, de acordo com a **Planta de Ordenamento**, verifica-se estar o local inserido essencialmente em **Agrícola Dominante e de REN**. ----

De acordo com a **Planta de Condicionantes**, do mesmo plano, há a registar interferência com solos de **RAN** (Reserva Agrícola Nacional) e de **REN** (Reserva Ecológica Nacional), na totalidade dos prédios. -----

As acções não agrícolas, como é o caso das edificações, estão sujeitas ao parecer favorável da Comissão Regional da Reserva Agrícola, no âmbito das competências conferidas pelo *Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31-3*, alterado pelo *Decreto-Lei n.º 199/2015 de 16 de setembro*, que estabelece o novo regime da RAN. -----

Para os solos de REN, e tendo como base o respectivo regime jurídico fixado pelo *Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de novembro*, e *Portaria n.º 419/2012 de 20/12*, há um conjunto de requisitos legais que deverão ser verificados, mediante emissão de parecer vinculativo da Comissão de Coordenação Regional (CCDRA). -----

Sem prejuízo do que atrás foi exposto, há ainda que ter em consideração o disposto nos artigos 60.º e 74.º do Regulamento do PDM, que estabelece algumas condicionantes para estas áreas: -----

- a) *Nestas áreas só se admitem novas construções desde que destinem às actividades agrícola e florestal, bem como as destinadas a empreendimentos turísticos previstos no artigo 60.º deste regulamento; -----*
- b) *Nas explorações agrícolas podem ser criados, nos termos da legislação em vigor, e em conformidade com o n.º 2 do presente artigo, Empreendimentos Turísticos Isolados (ETI); -----*
- c) *Estes empreendimentos deverão, de preferência, apoiar-se em construções já existentes, de forma a contribuir para recuperar e valorizar o património rural em que é rico o concelho de Cuba; -----*
- d) São admitidos para estes solos, Parques de Campismo e de Caravanismo que deverão responder aos seguintes requisitos complementares aos estabelecidos em legislação específica: -----
- i. *Adaptação ao relevo existente de todas as componentes do parque de campismo: áreas para acampamento, vias, caminhos de peões, estacionamento e instalações complementares – de forma a garantir a drenagem natural, a predominância de*



*superfícies permeáveis e a adequada integração no local; Organização criteriosa do espaço, equilibrando a privacidade e o sossego das instalações, com a animação e segurança dos espaços de uso comum; Adopção de soluções ecologicamente sustentáveis e eficientes para as origens e redes de abastecimento, saneamento, energia, resíduos e acessibilidades; Utilização de materiais apropriados à sua adequada integração paisagística; Valorização de vistas, do território e da respectiva inserção paisagística.* -----

Tendo em vista a construção de habitação, e para esse efeito, há a referir que o regulamento do PDM dispõe no n.º 3 do artigo 74.º ainda o seguinte: -----

- i) O requerente é agricultor, nos termos sectoriais, responsável pela exploração agrícola e proprietário do prédio onde se pretende localizar a habitação, facto que deve ser comprovado pelas entidades competentes;* -----
- ii) A área mínima do prédio não poderá ser inferior a 4 hectares.* -----

A Câmara tomou conhecimento do teor da informação. -----

#### **8. MONTE DO PASTO, LDA. PEDIDO NO ÂMBITO DO ARTIGO 110.º DO RJUE/DIREITO À INFORMAÇÃO – PRÉDIO ART.º 4, SECÇÃO C, EM FARO DO ALENTEJO.** -----

Vem o requerente solicitar informação no âmbito do artigo 110.º do RJUE, na redacção actual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, relativa aos condicionamentos legais em vigor aplicáveis ao local em questão. -----

Do respectivo enquadramento em PDM, de acordo com a **Planta de Ordenamento**, verifica-se estar o local inserido essencialmente em **Áreas de Vocação Silvo Pastoril, Agrícola Dominante e de REN**. -----

De acordo com a **Planta de Condicionantes**, do mesmo plano, há a registar interferência com solos de **RAN** (Reserva Agrícola Nacional) e de **REN** (Reserva Ecológica Nacional), nalgumas áreas dos prédios. -----

As acções não agrícolas, como é o caso das edificações, estão sujeitas ao parecer favorável da Comissão Regional da Reserva Agrícola, no âmbito das competências conferidas pelo *Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31-3*, alterado pelo *Decreto-Lei n.º 199/2015 de 16 de setembro*, que estabelece o novo regime da RAN. -----

Para os solos de REN, e tendo como base o respectivo regime jurídico fixado pelo *Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de novembro*, e *Portaria n.º 419/2012 de 20/12*, há um conjunto de requisitos legais que deverão ser verificados, mediante emissão de parecer vinculativo da Comissão de Coordenação Regional (CCDRA). -----

Dada a proximidade da E.N. 387, deverá ainda diligenciar o respetivo pedido de parecer do organismo que tutela a Rede Viária Nacional. -----

Sem prejuízo do que atrás foi exposto, há ainda que ter em consideração o disposto nos artigos 60.º e 74.º do Regulamento do PDM, que estabelece algumas condicionantes para estas áreas: -----

- a) Nestas áreas só se admitem novas construções desde que destinem às actividades agrícola e florestal, bem como as destinadas a empreendimentos turísticos previstos no artigo 60.º deste regulamento;* -----
- b) Nas explorações agrícolas podem ser criados, nos termos da legislação em vigor, e em conformidade com o n.º 2 do presente artigo, Empreendimentos Turísticos Isolados (ETI);* -----



c) Estes empreendimentos deverão, de preferência, apoiar-se em construções já existentes, de forma a contribuir para recuperar e valorizar o património rural em que é rico o concelho de Cuba; -----

d) São admitidos para estes solos, Parques de Campismo e de Caravanismo que deverão responder aos seguintes requisitos complementares aos estabelecidos em legislação específica: -----

i) *Adaptação ao relevo existente de todas as componentes do parque de campismo: áreas para acampamento, vias, caminhos de peões, estacionamento e instalações complementares – de forma a garantir a drenagem natural, a predominância de superfícies permeáveis e a adequada integração no local; Organização criteriosa do espaço, equilibrando a privacidade e o sossego das instalações, com a animação e segurança dos espaços de uso comum; Adopção de soluções ecologicamente sustentáveis e eficientes para as origens e redes de abastecimento, saneamento, energia, resíduos e acessibilidades; Utilização de materiais apropriados à sua adequada integração paisagística; Valorização de vistas, do território e da respectiva inserção paisagística.* -----

A Câmara tomou conhecimento do teor da informação. -----

#### **9. MARIA INÊS NEVES PINELA E OUTROS. PEDIDO DE DESANEXAÇÃO DE PRÉDIO RÚSTICO/CERTIDÃO - PRÉDIO N.º 3-C VILA ALVA.** -----

Vem a requerente solicitar certidão de desanexação de uma parcela com 35,33 ha, originário do prédio n.º 3-C da matriz predial, localizado na freguesia de Vila Alva. -----

Do respectivo enquadramento em PDM, de acordo com a **Planta de Ordenamento**, verifica-se estar o local inserido essencialmente em **Áreas de Protecção e Valorização Ambiental (RPVA)**, constituídas por *mancha de montado de sobro e azinho e outras áreas florestais e silvo-pastoris*; -----

De acordo com a **Planta de Condicionantes**, do mesmo plano, há a registar interferência com solos de **RAN** (Reserva Agrícola Nacional) e de **REN** (Reserva Ecológica Nacional). -----

Para efeitos de desanexação, tendo em consideração a respectiva legislação, designadamente o disposto na Lei n.º 111/2015 de 27/8, dos artigos 1376.º a 1381.º do Código Civil, e do Decreto-Lei n.º 202/70 de 21/04, em articulação com o artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31/03, que regula o Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional, a unidade mínima de cultura de 7,5ha, é respeitada na presente situação, sendo viável o fraccionamento nos termos pretendidos. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação 117/2015, do Serviço de Urbanismo, delibera emitir a certidão nos termos requeridos -----

#### **10. ALTERAÇÃO N.º 14 AO ORÇAMENTO E GOP'S 2015.** -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que aprova a alteração n.º 14 ao orçamento e GOP'S, para o ano de 2015. -----

As modificações no orçamento da despesa ocorreram para fazer face a reforços relacionados com seguros, alimentação – géneros para confeccionar, encargos de cobrança de receitas, impostos e taxas, horas extraordinárias, encargos das instalações, prémios, condecorações e ofertas, transportes e aquisição de serviços diversos. A nível das despesas com o pessoal verificaram-se alguns ajustamentos, nomeadamente no que diz respeito a seguros de pessoal, encargos com a saúde,



remuneração base e trabalho extraordinário (as duas últimas para efectuar transferência entre rúbricas- rectificação da classificação). -----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos: -----

Não se verificaram reforços. -----

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificação (reforços) nos seguintes projetos:

02 211 2009/5002 - O reforço ocorreu para fazer face a compromissos relacionados com o Contrato Programa submetido na reunião do órgão executivo de 23 de dezembro de 2015, com o Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz; -----

02 252 2002/5041 ação 5 - O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com a corrida São Silvestre; -----

04 410 2002/5055 - O reforço ocorreu para fazer face a despesa a amortização excepcional de empréstimos. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

**11. SOFIA ALEXANDRA NOGUEIRA FRANCO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA, EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: ESTRADA DA CIRCUNVALAÇÃO, N.º 28, EM CUBA. -----**

Solicita a Sr.ª Sofia Alexandra Nogueira Franco a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo de água que se encontra em dívida, em nome de José António Maltez Heleno, e em processo execução fiscal, no valor de € 323,71, em prestações mensais de aproximadamente € 60,00, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, em face da informação n.º 2/2016, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, delibera atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento em 6 prestações: 5 (cinco) de € 60,00 e 1 (uma) de € 23,71 (acertos), alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

**12. JOSÉ JACINTO MARTINS. PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA PARA O EXERCÍCIO DA VENDA AMBULANTE, POR OCASIÃO DO DESFILE DE CARNAVAL/2016. -**

Solicita o Sr. José Jacinto Martins, a possibilidade de lhe ser concedida licença de ocupação de via pública para o exercício de venda ambulante com o seu Carro/Bar, por ocasião do desfile de Carnaval, que se realiza no próximo dia 9 de fevereiro de 2016. ---

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 4/2016, da Subunidade Administrativa, delibera: -----

a) Autorizar a venda ambulante de acordo com o previsto no Regulamento da Venda Ambulante, nos locais previamente demarcados pela Câmara Municipal e nos horários



por ela fixados, vide alínea a) do art.º 5.º, alínea b) do art.º 2.º e art.º 7.º  
respetivamente; -----

b) Atribuir a licença de ocupação de via pública para a venda ambulante solicitada, nos termos do n.º 2 do art.º 51.º do Regulamento do Mobiliário Urbano e Ocupação de Via Pública devendo o requerente proceder à liquidação das taxas correspondentes. -----

**13. MARIA DE FÁTIMA ISQUEIRO. DESISTÊNCIA DE OCUPAÇÃO DE BANCA NO MERCADO MUNICIPAL DE CUBA. -----**

Solicita a Sr.ª Maria de Fátima Isqueiro, a desistência de ocupação da banca n.º 9, no Mercado Municipal, a partir do mês de janeiro de 2016. -----

De acordo com o disposto no artigo 32.º do Regulamento do Mercado Municipal, o titular do direito de ocupação de lugares no mercado municipal, pode cessar o contrato mediante renúncia, com a antecedência mínima de 30 dias sobre a data em que produzir os seus efeitos. -----

A Câmara toma conhecimento e por unanimidade, com base na informação n.º 1/2016, da Subunidade Administrativa, delibera considerar a banca n.º 9 livre a partir deste momento. -----

**14. COMISSÃO DE FESTAS DA FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE CUBA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS DO "COURSING DAS JANEIRAS". -----**

Solicita a Comissão de Festas da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Cuba, a concessão de um apoio financeiro para fazer face às despesas decorrentes da aquisição de troféus/lembranças destinados/as aos vencedores das várias categorias em competição no Coursing das Janeiras, prova que terá lugar no próximo dia 9 de janeiro na Pista de Galgos de Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação dos Serviços Financeiros, segundo a qual a rubrica que acolhe a despesa possui dotação, delibera atribuir um apoio em espécie mediante a aquisição dos troféus. -----

**15. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – 1.º CICLO – ANO LETIVO 2015/2016 – APRECIÇÃO DE CANDIDATURA PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO EM CANTINA ESCOLAR E MATERIAIS E/OU LIVROS ESCOLARES, POR MOTIVO DE TRANSFERÊNCIA DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 1/2016, do Serviço de Ação Educativa dando conta da receção de um pedido de apoio para cantina escolar e livros e/ou materiais escolares para a aluna, Gabriela Calhau Cruz, a frequentar o 3.º ano do 1.ºCiclo na Escola Básica Fialho de Almeida, na sequência de transferência de estabelecimento de ensino da Escola da Boa Água da Quinta do Conde. -----

De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento, o requerimento foi aceite por este Serviço, embora fora do prazo regulamentado para a receção das candidaturas, mas que pelos motivos apresentados (transferência), se atendeu. -----

Trata-se de uma aluna que pertence a um agregado familiar integrado no 2.º escalão de rendimentos determinados para efeitos de atribuição do abono de família, mas por se tratar de uma aluna com necessidades educativas especiais, integrada no ensino regular, ao abrigo do art. 5.º, n.º 2 do Regulamento da ASE, ao nível dos apoios sociais escolares é equiparada aos alunos integrados no 1.º escalão do abono de família,



conforme quadro em anexo. -----

Mais se informa que o *encargo financeiro* com os livros escolares e/ou materiais escolares é de 50€ e para as refeições estima-se um valor de 146€, para o 2.º e 3.º período do ano letivo 2015/2016. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 1/2016, do Serviço de Ação Educativa e no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em matéria de Ação Social Escolar - 1.º Ciclo do Ensino Básico no que respeita a alimentação e atribuição de auxílios económicos a estudantes – Ano letivo 2015/2016, delibera considerar a candidatura apesar da sua apresentação extemporânea. -----

#### **16. MANUEL DOS SANTOS MORENO. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MULTIUSOS DO PARQUE MANUEL DE CASTRO, A TÍTULO GRATUITO.** -----

Solicita o Sr. Manuel dos Santos Moreno a possibilidade de cedência gratuita do pavilhão Multiusos do Parque Manuel de Castro para realização de uma festa comemorativa do centenário do nascimento de seu pai António Manuel dos Santos, que terá lugar no próximo dia 13 de fevereiro de 2016. -----

Relativamente à isenção do pagamento das taxas, refere o n.º 4 do art.º 5º do Regulamento de Taxas e Preços do Município de Cuba, que “4 - As isenções e reduções são concedidas por deliberação da Câmara Municipal, oficiosamente quando reconheça o interesse municipal da actividade ou mediante requerimento dos interessados devidamente instruído e fundamentado. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação nº 5/2016, da Subunidade Administrativa, delibera atender o pedido do requerente isentando do pagamento das taxas devidas, sendo de € 247,98, o valor das taxas sobre o qual incide o pedido de isenção. -----

Mais delibera que em futuras ocasiões comemorativas do centenário do nascimento ficam os munícipes isentos do pagamento das taxas devidas com a utilização do espaço que venha a ser requerido para o efeito. -----

#### **17. PROPOSTA DE NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CARNAVAL DE CUBA’2016.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 1/2016, do Serviço de Ação Cultural, Turismo e Património propondo a aprovação das normas de funcionamento e a fixação da data limite para aceitação das fichas de inscrição no Corso Carnavalesco da Edição de 2016 do Carnaval de Cuba, que se realizará no próximo dia 9 de fevereiro, a partir das 15,00 horas, subordinado ao Tema: “A Música”. -----

De acordo com a referida informação, em Cuba é tradição festejar-se o Carnaval, festa pagã que a Igreja Católica inseriu nas suas comemorações e que se comemora durante os três dias que antecedem a quaresma. Cuba retomou esta tradição, tornando-a numa das mais populares e concorridas festas do ano. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera aprovar as Normas de Funcionamento do Corso Carnavalesco - Cuba’2016, que seguidamente se transcrevem, fixando em 2 de fevereiro a data limite para aceitação de inscrições de participação. -----

##### **“Normas de Funcionamento do Corso Carnavalesco – CUBA 2016.** -----

O Corso Carnavalesco organizado pelo Município de Cuba é uma atividade lúdica e recreativa que tem como objetivo principal promover e dinamizar turisticamente o concelho, através da comemoração desta época festiva. A iniciativa visa, ainda,



incentivar a criatividade, a imaginação e o espírito de associativismo no seio da comunidade. -----

O modo de participação de grupos e o apoio concedido pelo Município de Cuba para a efetivação do Corso Carnavalesco, rege-se pelas seguintes normas: -----

1. A Câmara Municipal de Cuba disponibiliza a verba de € 200 (duzentos euros) para todos os grupos que pretendam participar no Corso Carnavalesco que se realiza no dia 09 de fevereiro de 2016. -----
2. A atribuição da verba identificada no ponto anterior dependerá da participação efetiva dos grupos inscritos e será efetuada de forma criteriosa, atendendo a fatores de natureza qualitativa e quantitativa que se prendem com o cumprimento integral do número de elementos que compõem cada grupo, a apresentação, a originalidade, a criatividade e a capacidade de imaginação e que cumpram todos os requisitos no Pontos 6 do presente Regulamento. -----
3. Poderá ser, ainda, atribuído um prémio no valor de 50 € (cinquenta euros), à participação a título individual que se distinga pela sua originalidade, criatividade e capacidade de imaginação, e que cumpram todos os requisitos 7 do presente Regulamento. -----
4. O pagamento das quantias referidas fica dependente do cumprimento do previsto nos termos da LCPA, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 22 de Fevereiro, na sua redação atual, e processar-se-á junto dos Serviços Financeiros do Município de Cuba, em momento posterior à realização do Corso Carnavalesco e desde que os participantes apresentem todos os dados requeridos. -----
5. As inscrições para a participação no curso, consideram-se abertas na data de afixação do presente aviso e deverão ser formalizadas, no máximo, até ao 5º dia útil que antecede a realização do curso, junto dos Serviços da Ação Cultural, Turismo e Património, da autarquia – dia 2 de fevereiro. -----
6. Para efeitos de inscrição cada grupo deverá: -----
  - a) Ser composto por um número mínimo de 15 (quinze) elementos; -----
  - b) Escolher um representante, que preencherá e assinará a ficha de inscrição anexa ao presente regulamento; -----
  - c) Escolher um representante que tenha mais de 18 (dezoito) anos de idade. -----
7. Para efeitos de inscrição individual cada participante deverá: -----
  - a) Formalizar a inscrição utilizando a ficha anexa ao presente regulamento; -----
  - b) Apresentar-se no princípio do desfile, junto à organização do Corso, para que a sua participação possa ser validada; -----
  - c) Ter mais de 18 (dezoito) anos de idade. -----
8. O percurso do Corso Carnavalesco tem início junto ao Centro Cultural de Cuba e percorre a Rua Dr. Egas Moniz, Rotunda da Escola Profissional de Cuba, Rua 1º de Maio, Rua Serpa Pinto e estrada do Parque Manuel de Castro. O Corso Carnavalesco finaliza com um Baile junto ao Monumento ao Cante, em espaço coberto ou descoberto, dependendo das condições climatéricas que se fizerem sentir. -----



9. O Corso Carnavalesco realiza-se na terça-feira de Carnaval, dia 09 de fevereiro de 2016, pelas 15.00H. "-----

**18. ESPAÇO VISUAL E FRUYSTACH. PEDIDO DE CEDÊNCIA A TÍTULO GRATUITO DO AUDITÓRIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CUBA PARA PROMOÇÃO DO EVENTO SESSÃO PÚBLICA "PISTACHO: UMA OPORTUNIDADE COM FUTURO!" -----**

Solicita o espaço Visual e a Fruystach, futura organização de produtores de pistácio, a cedência, a título gratuito, do Auditório da Biblioteca Municipal de Cuba, no próximo dia 15 de janeiro de 2016, pelas 17,00 horas, a fim de promoverem o evento denominado: Sessão Pública "Pistacho: uma oportunidade com futuro! -----

A Câmara, por unanimidade, com base na referida informação, atendendo à pertinência da temática e ao relevante interesse económico da sessão para o concelho e para a região delibera deferir a pretensão cedendo o Auditório a título gratuito. -----

**19. ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE BEJA. PEDIDO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS (CAMPO DE JOGOS DR. AUGUSTO AMADO DE AGUILAR, EM CUBA). -----**

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que defere o pedido formulado pela Associação de Futebol de Beja, de cedência do Campo de Jogos Dr. Augusto Amado de Aguilar, em Cuba, para treinos da seleção Distrital de Futebol Feminino Sub-16 e Sub-19, nos dias 6, 13 e 20 de janeiro (quartas-feiras), entre as 19,00 horas e as 21,00 horas. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 11,00 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,



O Coordenador técnico,

